

# humanitas



Vol. LXIII  
2011

do Livro do Profeta Daniel (3.57-65), o *hymnum trium puerorum*. Depois de apresentar os dados conhecidos sobre a vida do seu autor, o bispo S. Gerardo de Csanád, Nemerkenyi refere alguns estudos parciais do documento e apresenta o seu próprio estudo linguístico e estilístico do texto, encerrando com um elenco exaustivo de expressões que ressoam autores clássicos, patrísticos e medievais, e as respectivas citações.

Finalmente, no capítulo quarto, o autor ocupa-se do tipo de escola monástica da Hungria, partindo do estudo do mosteiro beneditino de Pannonhalma e do catálogo da sua biblioteca, com o intuito de caracterizar melhor a educação monástica na Hungria medieval do séc. XI. Além do interesse intrínseco deste estudo, enriquece-o o facto de o autor alargar os horizontes da sua perspectiva numa invocação recorrente de estudos sobre outros mosteiros sobretudo na França e Alemanha, mas de um modo geral no contexto europeu, concluindo sempre do papel destes mosteiros na transmissão da Literatura Latina antiga à Idade Média.

Uma parte não despidianda deste volume são as 84 páginas de bibliografia primária e secundária (pp. 181-265) e ainda um índice de nomes e de lugares de especial relevo para os investigadores da área que, de acordo com o autor, contém ainda muitos campos por explorar. Nas suas conclusões Nemerkenyi apresenta precisamente esses campos de investigação como um desafio lançado à comunidade de investigadores, classicistas e medievalistas.

CARLOTA MIRANDA URBANO

NOBRE, Chimene Khun, CERQUEIRA, Fábio Vergara, POZZER, Katia Maria Paim (eds.), *Fronteiras e Etnicidade no Mundo Antigo. Anais do V Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos. Pelotas – 15 a 19 de Setembro de 2003*. Editora e Gráfica Universitária da Universidade Federal de Pelotas; Editora da Universidade Luterana do Brasil, 2005. 343 p. ISSN 1808-4303.

Este volume apresenta-se como uma selecção de algumas das mais relevantes conferências apresentadas ao V Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos, realizado na cidade de Pelotas em 2003, subordinado ao tema «Fronteiras e Etnicidade», uma escolha particularmente ajustada para uma reunião realizada no sul do Brasil, numa região marcada, também ela, pela presença de fronteiras. De acordo com as palavras dos

editores, os trabalhos reunidos neste livro apenas palidamente reflectem a vitalidade e a variedade das comunicações – que, no seu conjunto, terão ascendido a mais de 270 – a que os congressistas puderam assistir. Em menos de 350 páginas reúnem-se 27 textos, que, aparentemente, não terão sofrido qualquer profunda reelaboração desde o momento da sua apresentação pública, quer por manterem uma grande brevidade, quer ainda por continuarem a ter, em alguns casos, marcas evidentes da coloquialidade que caracteriza uma apresentação pública. Por outro lado, essa mesma brevidade nem sempre permite que cada tema seja aprofundado, embora o problema seja, na maioria dos casos, contornado de forma que pode considerar-se satisfatória.

O que surpreende negativamente é o facto de os textos se sucederem sem qualquer continuidade temática ou epocal, num carrossel constante de avanços e recuos. Assim, apenas como exemplo, nos três primeiros, começamos no século V ateniense, a falar de tragédia, damos um pulo até Septímio Severo e regressamos, no terceiro ensaio, à *polis* ateniense do século V a.C. Tudo isto porque os editores decidiram organizar os textos segundo a ordem alfabética do primeiro nome dos seus autores, critério muito ajustado a evitar melindres de toda a espécie, mas que torna a obra uma trepidante montanha russa. Uma eventual escolha cronológica tornaria mais fácil e mais progressivo o caminho do leitor, permitindo-lhe, do mesmo modo, saltar entre artigos, se lhe aprouvesse. E não me parece que tornasse mais aguda a possibilidade de eventuais melindres ou quaisquer outros inesperados estados de alma. Proponho agora ao potencial leitor um percurso breve pelos vários textos.

Ana María González de Tobia («Le escena trágica griega: parámetro espacial de frontera y ética» - 19-34) discute os vários prismas de uma leitura espacial da tragédia grega. Assim, chama a atenção para a existência de linhas de fronteira que podem tornar produtiva a leitura da obra dos tragediógrafos gregos. Fala, assim, de espaço teatral, espaço cénico, espaço extra-cénico, espaço distante, espaço auto-referencial e espaço reflexivo, numa divisão devedora do trabalho de Rush Rehm (*The Play of Space*, 2002). Aplica depois esta linha de leitura, de uma forma muito sumária, ao *Prometeu Agrilhado*, ao *Ájax* e ao *Héacles Furioso*. Num salto de vários séculos, Ana Teresa Marques Gonçalves («Homenagens ao Imperador: os arcos dedicados a Septímio Severo em Roma» - 35-45) estuda os arcos, erigidos em celebração do imperador, e a sua importância como marca da afirmação do poder. No caso de Septímio Severo, destaca especialmente a

existência de arcos que são erigidos como oferta da sociedade civil, em reconhecimento de benefícios recebidos, o que os inscreve numa dinâmica de troca e agradecimento que ultrapassa uma intenção exclusivamente propagandística. De volta ao século V ateniense, André Leonardo Chevitarese («Política e religião na delimitação da fronteira políade ateniense» - 47-67) debruça-se sobre a organização do território da Ática e constrói uma interessante reflexão sobre o conceito de fronteira e a sua aplicação ao caso da *polis* ateniense no século V a.C. O autor sublinha a importância das zonas rurais para a definição de *polis* e da sua identidade, com especial destaque para as zonas que constituem o norte da Ática, cujo valor fronteiriço tem largo relevo nos textos literários (basta lembrar *Os Acarnenses*) e nas inscrições. Além disso, Chevitarese sublinha ainda a importância dos monumentos a Hermes e o seu papel na demarcação de fronteiras, a vários níveis. De lamentar apenas que alguns dos passos deste artigo (e.g. 55) pareçam simples anotações, trechos de um texto em crescimento, que mereceriam ainda alguma elaboração antes de serem dados à estampa.

Cécile Michel («Au-delà des frontières: le commerce des Assyriens en Asie Mineure au début du II Millénaire av. J.-C.» - 69-86) foca as relações comerciais entre Assírios e Anatólios no início do segundo milénio a.C. Numa região do mundo onde, como sublinha a autora, encontramos actualmente conflitos tão graves, fala-se aqui de um período em que o comércio foi factor de entendimento e de anulação de fronteiras. Tal não significa que se tratasse de relações vogando na mais absoluta placidez, são frequentes as notícias de desentendimentos, motivados por aquilo que, em todas as épocas, pode minar relações comerciais desta natureza: os pagamentos, as taxas comerciais, enfim, as várias declinações do vil metal. Num registo completamente distinto, Ciro Flamarion Cardoso («Etnia, nação e antiguidade: um debate» - 87-104) debruça-se, essencialmente, sobre conceitos como 'nação', 'etnia', 'identidade' ou 'identificação', tornando clara a dificuldade em encontrar definições consensuais para conceitos que o tempo foi tornando voláteis. Essa dificuldade é evidente quando tratamos da época contemporânea, mas não diminui quando tentamos aplicá-los à antiguidade, como o autor tenta demonstrar, usando o Egipto como exemplo. Cleonice Furtando de Mendonça van Raij («A princesa-rainha: Fedra, de Creta» - 105-111) trata, ainda que num texto excessivamente esquemático, a figura de Fedra em Séneca, dilacerada entre a recusa do seu lugar e a busca de um lugar que não lhe pertence, de tal

modo que, ao longo da tragédia, Fedra nos fala de um não-lugar, e a sua tragédia é, em larga medida, a história dessa não-inscrição, que se prolonga, dada a maldição de Teseu, para lá da própria vida.

Fábio de Sousa Lessa («Fronteiras entre mulheres e homens na *polis* dos atenienses: relações de género» - 113-123) reflecte sobre as fronteiras do mundo feminino na *polis* ateniense, com especial atenção ao grupo particular que designa como ‘bem nascidas’, mulheres cujo fechamento, sinal de uma esperada submissão e passividade, pode ser produtivamente representado pelo espelho, que encerra a mulher na redoma da sua própria imagem e que pertence ao universo tipicamente feminino. São evidentes, neste texto, as influências dos trabalhos de Jean-Pierre Vernant e Françoise Frontisi-Ducroux. Fábio Vergara Cerqueira («Música grega: música grega? Origens mesopotâmicas da música grega: evidências da etimologia, da arqueologia e da teoria musical» - 125-130) tenta incluir as promessas deste título longuíssimo num texto extremamente breve, onde apresenta as várias provas de uma origem mesopotâmica para a música grega, ainda que não fiquem particularmente claros quer os graus de influência quer as formas de transmissão e de aproximação. Fernando Brandão dos Santos («Os limites de Afrodite no *Hipólito* de Eurípides» - 131-142) parte de uma linha de fronteira fundamental: a que separa o humano do divino. Daqui avança para uma leitura de Afrodite no *Hipólito* de Eurípides, principalmente do modo como a voz da deusa estabelece os limites da acção, no monólogo inicial (vv. 1-52). Do mesmo modo que o território dos deuses impõe os seus limites ao mundo dos mortais, também a presença de Afrodite marca os limites e as virtudes do prólogo tipicamente euripidiano. De notar que o trabalho sobre esta obra de Eurípides se apoia em bibliografia bastante datada (Croiset, Murray, Grube...), o que se reflecte em algumas das considerações sobre o prólogo euripidiano, muito presas a uma visão positivista que o tempo já deixou para trás. Os caprichos da ordenação alfabética levam a que o texto seguinte, da autoria de Flávia Regina Marquetti («As fronteiras da forma: metamorfoses e limites na mitologia grega. Ártemis e Afrodite: as senhoras dos limites» - 143-150), tenha como tema exactamente as duas deusas que se defrontam em *Hipólito*. Marquetti tenta estabelecer as linhas de fronteira, mas também as de proximidade, entre o culto de ambas as deusas, ao qual reconhece grande complementaridade. Faz uma leitura simbólica de espectro muito amplo, que, infelizmente, parece negligenciar condicionalismos de natureza histórica ou geográfica.

Gabriele Cornelli («Fronteiras do método: as *archai* como ‘fronteiras’ do método para o pensamento ocidental: *episteme* e *sophia* em *Metafísica* de Aristóteles» - 151-165) tenta mostrar que o método enunciado por Aristóteles no início da *Metafísica*, o da *episteme* como uma ciência de princípios e causas, não constitui uma novidade absoluta, podendo já ser encontrado, em formulações muito próximas, em textos dos finais do século V, por exemplo no *Corpus Hippocraticum*, em fragmentos do pitagórico Filolau de Crotona ou do matemático Hipócrates de Quios. Como em outros textos deste volume, falta algum fôlego à demonstração, que aparece escrita em estilo desenvolvido (mais do que é habitual nos restantes textos) e muito bem organizada. Gilvan Ventura da Silva («Vertentes da intolerância religiosa no Império Romano: o caso dos Judeus» - 167-177) transporta-nos para os séculos IV e V da nossa era, para o momento em que, com Constantino, o Cristianismo se torna a religião oficial do Império Romano. Se, até aí, tinha sido alvo de ferozes perseguições, é em seu nome, agora, que outros são perseguidos, nomeadamente os Judeus, numa demonstração de força e de intolerância. Esta reversão de papéis não deixa de representar um fenómeno arrepiante e que deve merecer, sempre, profunda reflexão.

Giuseppina Grammatico («La noción de frontera en la antigua Hélade. Análisis de algunos fragmentos heraclíteos» - 179-195) apresenta um dos estudos mais bem construídos deste volume. Começa por reflectir sobre alguns dos termos e conceitos que, em Grego, podem significar fronteira ou limite (p.180-6) e faz, depois, uma passagem, necessariamente breve, pelo uso de alguns desses conceitos em fragmentos de Heraclito, seja no âmbito espacial e temporal, seja no âmbito espiritual. Um dos objectivos é a demonstração de como o pensamento de Heraclito se pode tornar útil e produtivo quando, hoje em dia, nos vemos em dificuldades em perspectivar as nossas relações com o Outro. Jaa Torrano («Política entre mito e dialéctica na tragédia *Agamémnon* de Ésquilo» - 197-206) lê o *Agamémnon* à luz de quatro verdades que, na peça, dialecticamente se relacionam e se opõem: a dos Deuses, a dos *Daimones*, a dos Heróis e a dos cidadãos. Tal leitura é feita através de uma cuidadosa sinopse interpretativa da obra. Embora engenhosa, é de questionar até que ponto esta leitura torna, de facto, mais luminosa a nossa compreensão da tragédia de Ésquilo. João Batista Toledo Prado («Um prosodema para a poesia latina» - 207-218) explora o conceito de prosodema como unidade mínima de tempo métrico e tenta mostrar como esse tempo nem sempre coincide com a quantidade silábica. Assim,

no caso da sílaba final ancípite do hexâmetro dactílico, defende que haveria um fenómeno de neutralização que permitiria perceber sempre da mesma forma o final do verso, fosse ele terminado por uma longa ou por uma breve. Trata-se de um artigo estruturado e argumentado de forma irreprensível, a que este breve resumo não faz inteira justiça.

José D'Encarnação, professor da Universidade de Coimbra, apresenta um artigo intitulado «Fronteiras linguísticas, fronteiras intelectuais: o testemunho dos monumentos epigráficos da Lusitânia romana» (219-231), no qual mostra como muitas das inscrições encontradas na Lusitânia indicam um abolir de fronteiras e uma tolerância em relação aos hábitos e costumes do outro: seja o caso de indígenas que reverenciam, segundo os ritos do colonizador, divindades do panteão romano ou divindades locais, seja o caso de colonos que, ao chegarem, não deixam de prestar a devida homenagem aos cultos locais. Esta diluição de fronteiras, que a epigrafia torna clara, constitui uma lição ainda muito válida para os nossos dias. José Geraldo Heleno («As princesas-escravas: Iole, da Ecália, e Cassandra, de Tróia» - 233-241) analisa as figuras de Iole e Cassandra nas tragédias de Séneca (respectivamente em *Héracles no Eta* e *Agamémnon*), tendo em conta, particularmente, uma leitura segundo o modelo estoico que o próprio filósofo propõe – Cassandra muito mais próxima de um comportamento estoico do que Iole. Dá relevo, igualmente, ao modo como Séneca lida com o seu estatuto de estrangeiras. Katia Maria Paim Pozzer («Decretos reais babilónicos e fronteiras político-linguísticas» - 243-250) debruça-se sobre o modo como, na antiga Mesopotâmia, os decretos reais têm a função de manter a ordem e de criar uma uniformização em territórios sujeitos a uma grande instabilidade.

Laurent Dominique Vincent Caron, proveniente do Instituto Politécnico de Tomar, apresenta em «Arqueologia clássica e arqueologia de emergência em Portugal» (251-259) um relato dos trabalhos realizados no âmbito da chamada arqueologia de emergência, ou seja, aquela que se destina a inventariar e preservar património arqueológico que está na iminência de ser destruído pela intervenção humana. Há exemplos relacionados com intervenções em terrenos privados, no espaço público (seja em grandes infra-estruturas rodoviárias, seja na área ocupada pela albufeira do Alqueva) e, ainda, em relação ao património ameaçado pelos incêndios de Verão (o congresso ocorreu no final de um Verão particularmente intenso quanto a incêndios florestais). Em todos estes casos se verifica que, na arqueologia de emergência, são determinantes as capacidades negociais e

de compromisso, diante de dificuldades de toda a ordem, algumas particularmente incompreensíveis. Márcio Thamos («Equivalência métrica na tradução do hexâmetro latino para o decassílabo português» - 261-270) discute, em primeiro lugar, a importância da métrica e do seu uso na poesia como mecanismo estruturador. Estabelece depois uma comparação entre o hexâmetro dactílico e o decassílabo, para concluir, por meio de um confronto entre trechos das *Metamorfoses* de Ovídio e uma tradução destes em decassílabos, da autoria de Bocage, que ambas as formas métricas revelam uma bastante aproximada proporcionalidade quanto ao número de sílabas usado no original e na versão portuguesa. Margaret Marchiori Bakos («O Egito antigo: na fronteira entre ciência e imaginação» - 271-280) evoca a gênese do interesse pelo antigo Egito, no Brasil, referindo dois exemplos, um poema de Machado de Assis («Cleópatra: canto de um escravo») e um quadro do pintor Honório Esteves («O pastor egípcio»). Apresenta-os como exemplo de Egiptomania, ou seja, de fascínio pelo mundo egípcio, sem que a isso tenha de corresponder qualquer espécie de fidelidade histórica ou conhecimento profundo da sociedade que serve de inspiração. Aliás, são nítidas, em ambas as obras, as preocupações contemporâneas dos autores.

Maria Regina Candido («Demétrios de Faleros: no limiar da política e da magia» - 281-293) refere a figura de Demétrio de Faleros e o seu envolvimento num processo de acusação de magia, após a morte violenta do seu irmão. Por um lado, sublinha as implicações políticas do caso, envolvendo apoiantes e opositores da causa macedónia e, por outro, traça um quadro da importância da magia e de cultos alheios à *polis* ateniense neste momento conturbado da vida da cidade. Mais do que qualquer outro neste volume, este artigo ganharia se tivesse sido alvo de uma revisão mais cuidada e atenta. Mario Tajtenberg («El enigma del *Contra Symmachum* de Prudencio» - 295-306) debruça-se sobre as condições de composição do poema *Contra Symmachum* de Prudêncio, dada a estranheza causada pelo facto de o autor se reportar a um acontecimento com vinte anos, cujos ecos pareciam já ausentes. São colocadas várias hipóteses que ajudem a explicar o reviver da *Relatio* de Símaco, uma tentativa de retomar a presença, no Senado romano, da deusa Vitória. Trata-se de mais um episódio da nem sempre linear ascensão do Cristianismo em Roma, que nos mostra um confronto que, muito para além de religioso, é largamente político e social e tem que ver com equilíbrios e jogos de poder. Paula Branco de Araujo Brauner («O rapto de Prosérpina, de Claudiano: uma epopeia?» - 307-312)



tenta ver como o poema de Claudiano se compara com o cânone da poesia épica, para constatar que lhe falta, em grande medida, a componente narrativa, substituída pela preponderância da descrição e do discurso. Sublinha igualmente a ausência de um fio narrativo uno e contínuo, havendo, no seu lugar, uma estrutura episódica, numa obra onde não encontramos igualmente a figura do herói a que a epopeia nos habituou.

Pedro Paulo Abreu Funari («Contatos culturais na fronteira militar romana na *Britannia*» - 313-319) analisa a importância da arqueologia, em combinação com as fontes escritas, para a compreensão dos povos antigos, dos seus hábitos, das suas movimentações. Explora, como exemplo, o estabelecimento do exército romano na Bretanha e os movimentos de fornecimento de azeite proveniente da Bética. Wilson Alves Ribeiro Jr. («Áulis e o fim da idade heróica da Grécia» - 321-328) apresenta o porto de Áulis como um lugar de fronteira extremamente importante na cultura grega: fronteira entre o mundo grego e o bárbaro, fronteira por ser o ponto de partida de um grupo de heróis que, ao viajarem para Tróia, iniciam a destruição do próprio mundo heróico (ou a sua conservação através da memória, poderíamos dizer, reformulando o argumento). Também a própria história de Ífigénia, que o autor evoca com algum pormenor, é uma história de limites, seja dos que testam a relação entre o homem e a divindade, seja dos que respeitam à autonomia feminina, seja ainda, em termos literários, o facto de a sua mais conhecida actualização representar um dos limites finais da tragédia grega. Por fim, Zelia de Almeida Cardoso («A Princesa-Feiticeira: Medeia, da Cólquida» - 329-343) faz uma análise da *Medeia* de Séneca, com base numa comparação com Eurípides, mas destacando que a originalidade de Séneca se deve também a uma longa tradição de tratamentos do mito de Medeia, não apenas no drama. Séneca, de algum modo, absorve uma longa tradição, da qual Eurípides é apenas uma parte. Não deixa de ser surpreendente que a autora afirme (p. 341) que a Medeia de Eurípides mata os filhos para que eles não morram às mãos de outros, enquanto em Séneca o objectivo é punir Jasão, posição que, no caso de Eurípides, parece dificilmente defensável.

Virtude evidente desta obra é constituir uma demonstração da vitalidade dos Estudos Clássicos no Brasil (que tem vindo a ser confirmada em congressos posteriores ao aqui documentado). Ganharia, no entanto, se se preocupasse mais com o seu leitor, quer através de uma ordenação mais lógica e agradável dos artigos, quer por meio de um esforço de reelaboração de alguns deles, demasiado esquemáticos para as exigências de uma

apresentação escrita. Ainda assim, não pode considerar-se tempo perdido aquele que o leitor dedicar a este conjunto de trabalhos.

JORGE DESERTO

OVÍDIO, *Epístolas desde el Ponto* (introducción, versión rítmica y notas de José Quiñones Melgoza). México, Universidade Autónoma de México, 2009, 532 pp. ISBN 978-607-02-0864-5.

A poesia ovidiana do exílio tem vindo a suscitar, com alguma regularidade, a atenção dos estudiosos, em visões nem sempre coincidentes. Não falta quem a considere uma obra menor, face à poesia amorosa ou às *Metamorfoses*, ou quem entenda haver uma progressiva decadência da qualidade estética do poeta, à medida que os anos de exílio iam evoluindo, ou seja, quem afirme a menor valia das *Epistulae ex Ponto*, por comparação com os *Tristia*.

Não é um nem outro o ponto de vista de Quiñones Melgoza, nesta sua excelente edição, com uma longa introdução (128 páginas), uma tradução exigente e, por fim, um comentário igualmente extenso (172 páginas).

Sem pretender diminuir o mérito da tradução, exigente, como se disse, e onde o tradutor segue as regras da prosódia latina, ou seja, é fiel ao ritmo do texto original (prática de validade estética discutível, do ponto de vista dos objetivos de uma tradução dos clássicos, isto é, voltada para o leitor moderno, mas que, indiscutivelmente, requer um labor e uma perícia inquestionáveis), privilegiar-se-á, aqui, o estudo que a precede, de uma enorme riqueza hermenêutica e que constitui um contributo notável para o estudo da poesia do exílio ovidiano, e bem assim o comentário ao texto.

A “Advertencia” inicial coloca-nos, desde logo, perante a perspectiva do autor em relação a um dos temas dominantes nos textos do poeta exilado em Tomos: a culpa. Repare-se: “Cuando hablo de la culpa de Ovidio, debe entenderse lo que él necesariamente entendía.”

E que entendia Ovídio? Que haveria culpa, sim, mas não *crimen*. Esta distinção ocupa largas páginas da introdução. De um lado, está Ovídio, seguro e convicto da sua inocência, que afirma, sem ambiguidades, perante a sociedade do seu tempo e perante a posteridade. Do outro lado, está Augusto, autor da sentença e da lei em que assentava, a cujos olhos, inquestionavelmente, havia *crimen* e, portanto, uma certa forma de culpa,